

Textos para Discussão

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa

221



NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA: Possíveis consequências econômicas para o Brasil

Henrique Salles Pinto

SENADO
FEDERAL



NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA: Possíveis consequências econômicas para o Brasil

Henrique Salles Pinto¹

¹ Graduado em Ciência Política e Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Especialista em Direito Legislativo pelo Instituto Legislativo Brasileiro. Consultor Legislativo do Senado Federal, atuando no Núcleo de Economia, Área de Economia e Agricultura. E-mail: hsallesp@senado.leg.br

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenador

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

PINTO, H. S. **Novo Governo na Casa Branca: possíveis consequências econômicas para o Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Janeiro/2017 (Texto para Discussão nº 221). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA: possíveis consequências econômicas para o Brasil

RESUMO

O ano de 2017 inicia-se com incertezas e especulações a respeito do novo governo na Casa Branca. As propostas eleitorais de Donald Trump, caso implementadas, podem redefinir prioridades no comércio mundial. Demonstra-se oportuna, portanto, a análise das possíveis consequências dessas propostas para a economia do Brasil, considerados os desafios inerentes aos contextos latino-americano e internacional mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; economia; diplomacia.

SUMÁRIO

1	BREVE ABORDAGEM SOBRE O PERFIL ECONÔMICO NORTE-AMERICANO.....	1
2	PERFIL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS	4
3	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA PARA O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E O ÂMBITO INTERNACIONAL MAIS AMPLO.....	8
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12

NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA: possíveis consequências econômicas para o Brasil

Henrique Salles Pinto¹

O ano de 2017 inicia-se com a posse de novo presidente nos Estados Unidos da América. Maior economia do mundo, o país é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, razão por que mudanças na gestão política da Casa Branca devem ser analisadas com cautela, considerando, sobretudo, o momento de desafios macroeconômicos a serem equacionados pelo Estado brasileiro.

Com o objetivo de aprimorar o debate sobre o tema ora identificado, organiza-se o texto com base nas seguintes seções: 1) breve abordagem sobre o perfil econômico norte-americano; 2) perfil das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos; 3) possíveis consequências do novo governo na Casa Branca para o Brasil, considerando as transformações sugeridas pela nova diplomacia de Washington para o contexto regional (América Latina) e para o âmbito internacional mais amplo; 4) considerações finais.

1 BREVE ABORDAGEM SOBRE O PERFIL ECONÔMICO NORTE-AMERICANO

A crise internacional de 2008 proporcionou aos Estados Unidos instabilidade econômica apenas comparável à de 1929, quando do colapso da Bolsa de Valores de Nova York. Não obstante essa realidade, o país mantém-se como a principal economia do mundo, com importante desenvolvimento em seus setores agrícola, industrial e de serviços. A tabela a seguir resume o perfil socioeconômico norte-americano:

¹ Graduado em Ciência Política e Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Especialista em Direito Legislativo pelo Instituto Legislativo Brasileiro. Consultor Legislativo do Senado Federal, atuando no Núcleo de Economia, Área de Economia e Agricultura. Email: hsallesp@senado.leg.br.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos Estados Unidos da América (2012 a 2015)

Variáveis	2012	2013	2014	2015
População (milhões)	314	317	319	321
Produto Interno Bruto (<i>per capita</i>) em US\$	51.384	52.608	54.375	55.868
Produto Interno Bruto (absoluto) em bilhões de US\$	16.155	16.663	17.348	17.947
Demanda Doméstica (variação anual em %)	2,1	1,3	2,5	3,0
Investimento (variação anual em %)	9,8	4,2	5,3	4,0
Taxa de Desemprego	8,1	7,4	6,2	5,3
Deficit Público (% do PIB)	102	104	105	106
Taxa de inflação (preços ao consumidor)	1,8	1,5	0,7	0,7
Exportações (variação anual em %)	3,4	2,8	3,4	1,1
Importações (variação anual em %)	2,2	1,1	3,8	4,9

Fonte: The Economist (<http://www.focus-economics.com/countries/united-states>).

O comércio exterior dos Estados Unidos reproduz a pujança econômica do país, porquanto movimentou mais de US\$ 3 trilhões em 2016. Seus principais parceiros comerciais são países de maior desenvolvimento relativo, os quais, juntamente com China, México, Índia e Brasil, compõem a lista dos 15 parceiros preferenciais do comércio norte-americano, conforme disponível na tabela a seguir:

Tabela 2 – Principais parceiros do comércio exterior de bens norte-americanos (janeiro a novembro de 2016, em bilhões de US\$)

Rank	País	Export.	Import.	Comércio total	Comércio Total (%)
—	Total, todos os países	1.327,9	2.005,0	3.332,8	100,0%
—	Total, 15 principais parceiros comerciais	933,5	1.563,3	2.496,8	74,9%
1	China	104,1	423,4	527,6	15,8%
2	Canadá	245,6	254,8	500,4	15,0%
3	México	211,8	270,6	482,5	14,5%
4	Japão	57,6	120,0	177,6	5,3%
5	Alemanha	45,0	104,6	149,6	4,5%
6	Coréia do Sul	38,0	64,5	102,5	3,1%
7	Reino Unido	51,1	49,6	100,6	3,0%
8	França	28,0	43,2	71,2	2,1%
9	Índia	19,6	42,6	62,1	1,9%
10	Taiwan	23,4	35,9	59,4	1,8%
11	Itália	15,2	41,1	56,4	1,7%
12	Suíça	20,5	33,1	53,6	1,6%
13	Países Baixos	37,0	14,8	51,8	1,6%
14	Brasil	27,7	23,7	51,4	1,5%
15	Irlanda	8,8	41,5	50,2	1,5%

Fonte: United States Census Bureau (<https://www.census.gov/foreign-trade/statistics/highlights/toppartners.html>).

Algumas informações relevantes podem ser constatadas na tabela acima. A primeira delas é que os 15 principais parceiros comerciais (comércio de bens, excluídos serviços) dos Estados Unidos concentram, aproximadamente, 75% do total da balança comercial do país. Quase metade do total de bens comercializados (45,3%) concentra-se em apenas três países: China, Canadá e México, os dois últimos impulsionados pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement – NAFTA*).

A segunda informação relevante é que, dos 15 principais parceiros no comércio de bens com os Estados Unidos, apenas 3 (Brasil, Reino Unido e Países Baixos) apresentam *deficit* comercial. Considerando que Brasil, Reino Unido e Países Baixos, juntos, representam pouco mais de 6% do total de bens comercializados pelos Estados Unidos, constata-se que a balança comercial desse país é majoritariamente deficitária.

A pauta de exportação norte-americana compõe-se de bens com alto valor agregado. Dados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sistematizados no sítio eletrônico do *World's Top Exports*, apresentam a relação dos 10 principais produtos exportados pelos Estados Unidos em 2015:

Tabela 3 – Relação dos 10 principais produtos exportados pelos Estados Unidos (2015, em US\$ bilhões)

Produto	Valor	Participação em relação ao total de bens exportados (%)
Máquinas, motores, bombas	205,8	13,7%
Equipamentos eletrônicos	169,8	11,3%
Aeronaves, espaçonaves	131,1	8,7%
Veículos	127,1	8,4%
Petróleo	106,1	7,1%
Equipamentos hospitalares	83,4	5,5%
Plásticos	60,3	4%
Metais preciosos e derivados	58,7	3,9%
Produtos farmacêuticos	47,3	3,1%
Produtos químicos orgânicos	38,8	2,6%

Fonte: <http://www.worldstopexports.com/united-states-top-10-exports/>.

Perfil semelhante pode ser constatado na pauta de importações dos Estados Unidos, conforme dados da tabela a seguir:

Tabela 4 – Relação dos 10 principais produtos importados pelos Estados Unidos (2015, em US\$ bilhões)

Produto	Valor	Participação em relação ao total de bens importados (%)
Equipamentos eletrônicos	332,9	14,4%
Máquinas, motores, bombas	329,3	14,3%
Veículos	283,8	12,3%
Petróleo	201,2	8,7%
Produtos farmacêuticos	86,1	3,7%
Equipamentos hospitalares	78,3	3,4%
Equipamentos mobiliários, de iluminação e de transmissão	61,2	2,6%
Metais preciosos e derivados	60,2	2,6%
Produtos químicos orgânicos	52,1	2,3%
Plásticos	50,2	2,2%

Fonte: <http://www.worldstopexports.com/united-states-top-10-imports/>.

2 PERFIL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

As relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos manifestam-se em diversas áreas, da cooperação política à econômica. Dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro² demonstram que existem mais de 30 mecanismos de diálogo entre os governos dos dois países, os quais possibilitam cooperação em temas sensíveis como o de igualdade de gênero e combate ao racismo. Os países também desenvolvem cooperação trilateral com países africanos, centro-americanos e caribenhos em programas de desenvolvimento de energia renovável, a exemplo do etanol, ou mesmo em estratégias de combate à fome e à pobreza junto às famílias vulneráveis desses países.

O aperfeiçoamento da relação política bilateral contribui para impulsionar a cooperação econômica entre os países. No que diz respeito ao aporte de investimentos, de acordo com os dados do MRE supracitados, estima-se que, em 2014, ingressaram no Brasil pouco mais de US\$ 8 bilhões de Investimento Externo Direto (IED) oriundo

² Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5120-estados-unidos-da-america>.

dos Estados Unidos. Cumpre destacar, contudo, que o fluxo de investimentos nos Estados Unidos oriundos do Brasil também é significativo, com tendência de aumento ao longo dos últimos anos: em 2000, para cada dólar investido nos Estados Unidos por empresas brasileiras, cerca de 47 dólares foram investidos por norte-americanos no Brasil; em 2014, a relação tornou-se muito mais equilibrada, porquanto, nesse ano, para cada dólar de empresas brasileiras investido nos Estados Unidos, três dólares de empresas norte-americanas foram investidos no Brasil.

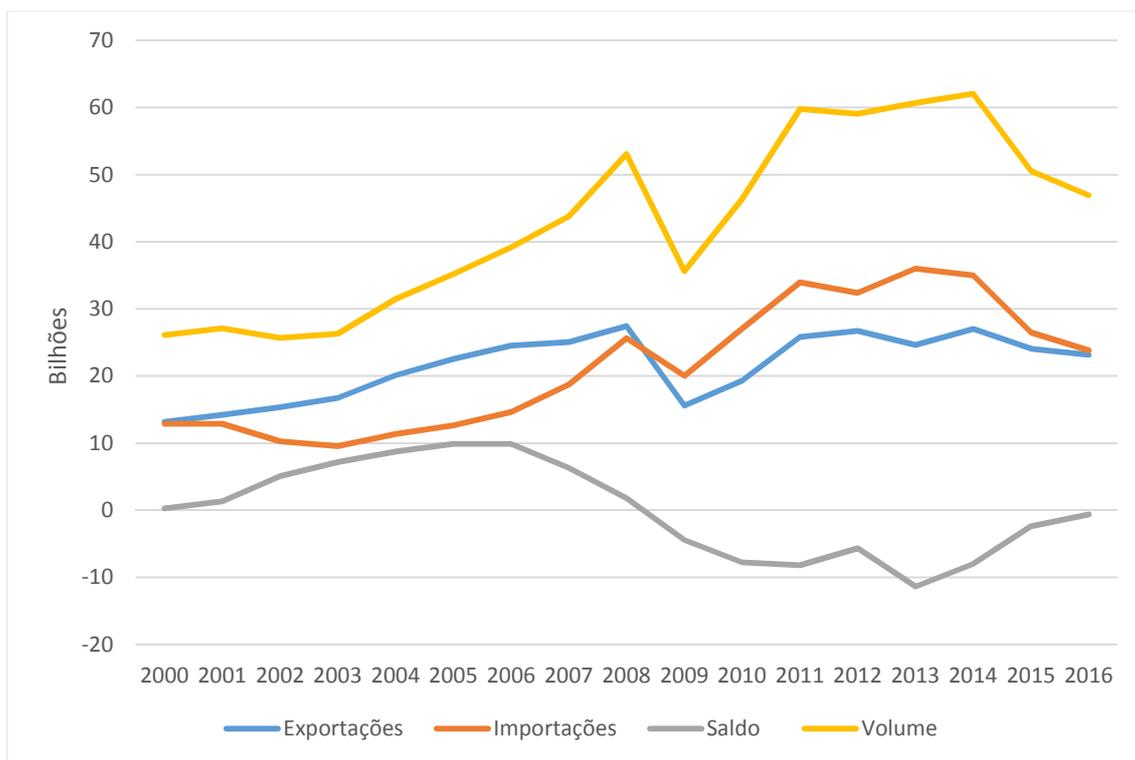
A tendência de acréscimo quantitativo pode ser igualmente constatada no fluxo comercial entre os dois países. A tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução do comércio entre Brasil e Estados Unidos entre 2000 a 2016:

Tabela 5: Fluxo comercial entre Brasil e Estados Unidos (US\$)

Ano	Exportações brasileiras (a)	Importações brasileiras (b)	Saldo comercial (a-b)	Volume comercial (a+b)
2000	13.189.576.929	12.899.226.083	290.350.846	26.088.803.012
2001	14.208.572.954	12.905.492.013	1.303.080.941	27.114.064.967
2002	15.377.822.589	10.287.452.316	5.090.370.273	25.665.274.905
2003	16.728.079.047	9.569.454.702	7.158.624.345	26.297.533.749
2004	20.099.235.400	11.357.061.637	8.742.173.763	31.456.297.037
2005	22.539.731.875	12.666.508.176	9.873.223.699	35.206.240.051
2006	24.524.748.523	14.657.479.678	9.867.268.845	39.182.228.201
2007	25.065.048.412	18.723.280.625	6.341.767.787	43.788.329.037
2008	27.423.048.799	25.627.961.850	1.795.086.949	53.051.010.649
2009	15.601.628.031	20.032.145.355	-4.430.517.324	35.633.773.386
2010	19.307.295.562	27.044.361.398	-7.737.065.836	46.351.656.960
2011	25.804.628.156	33.970.288.813	-8.165.660.657	59.774.916.969
2012	26.700.854.915	32.362.684.966	-5.661.830.051	59.063.539.881
2013	24.653.476.362	36.018.510.576	-11.365.034.214	60.671.986.938
2014	27.027.771.514	35.018.330.949	-7.990.559.435	62.046.102.463
2015	24.079.945.544	26.471.345.593	-2.391.400.049	50.551.291.137
2016	23.156.301.916	23.802.604.305	-646.302.389	46.958.906.221

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2> (elaboração própria).

Gráfico 1: Fluxo comercial entre Brasil e Estados Unidos (US\$ bilhões)



Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-mensal-2> (elaboração própria).

A primeira constatação a ser destacada diz respeito ao fato de que o comércio bilateral tem sido deficitário para o Brasil desde 2009, ano em que se registrou, por um lado, vertiginoso declínio das exportações brasileiras aos Estados Unidos em relação a 2008 (contração próxima dos 45%), e, por outro lado, redução significativamente menor das importações brasileiras desse país, próxima a 20%.

A partir desse momento, contudo, constata-se tendência de redução do *deficit* comercial brasileiro, principalmente a partir de 2015, quando a queda de, aproximadamente, 25% das importações brasileiras em relação a 2014 ocorreu em cenário de declínio relativamente menor das exportações brasileiras, próximo a 11%. A crise econômica do Brasil, intensificada em 2015, com consequências diretas na acelerada desvalorização do Real frente ao Dólar americano, pode ser um dos fatores a serem considerados no entendimento dessa tendência recente.

A composição da pauta de exportações brasileiras aos Estados Unidos, bem como de importações brasileiras desse país, encontra-se disponível nas tabelas a seguir:

Tabela 6: Principais produtos exportados do Brasil aos Estados Unidos em 2016

Produto	Valor (US\$)	Participação em relação ao total exportado (%)
AVIÕES/VEÍCULOS AÉREOS	2.353.858.057	10,17
PARTES DE TURBORREADORES OU DE TURBOPROPULSORES	1.969.124.174	8,50
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	1.120.847.853	4,84
CAFÉ NÃO TORRADO, NAO DESCAFEÍNADO, EM GRÃO	938.971.079	4,05
PASTA QUIM. MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,SEMI/BRANQ	871.257.989	3,76
OUTROS PRODS.SEMIMANUF.FERRO/AÇO	661.953.085	2,86
PRODUTOS SEMI MANUFATURADOS,DE OUTRAS LIGAS DE AÇOS	582.631.984	2,52
OUTROS GRANITOS TRABALHADOS DE OUTRO MODO E SUAS OBRAS	554.037.790	2,39
OUTS.AVIOES A TURBOJATO	431.789.724	1,86
OURO EM BARRAS, FIOS E PERFIS DE SEÇÃO MACIÇA	413.739.330	1,79
ÁLCOOL ETÍLICO N/DESNATURADO C/TEOR ÁGUA	402.223.834	1,74
PREPARAÇÕES ALIMENTÍCIAS E CONSERVAS,DE BOVINOS	276.629.415	1,19
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO	240.531.431	1,04
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NÃO FERMENTADOS	235.758.501	1,02
OUTROS NIVELADORES	204.982.105	0,89

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2> (elaboração própria).

Tabela 7: Principais produtos importados pelo Brasil dos Estados Unidos em 2016

Produto	Valor (US\$)	Participação em relação ao total importado (%)
“GASÓLEO” (ÓLEO DIESEL)	2.140.959.693	8,99
PARTES DE TURBORREADORES OU DE TURBOPROPULSORES	1.874.353.637	7,87
TURBORREADORES DE EMPUXO	488.594.139	2,05
HULHA BETUMINOSA, NÃO AGLOMERADA	463.534.855	1,95
OUTROS PROPANOS LIQUEFEITOS	447.024.397	1,88
ÁLCOOL ETÍLICO N/DESNATURADO C/TEOR ÁGUA	370.717.174	1,56
OUTS.INSETICIDAS, APRESENTADOS DE OUTRO MODO	348.332.786	1,46
HIDRÓXIDO DE SÓDIO EM SOL.AQUOSA (LIXIV.SODA CÁUSTICA)	291.835.901	1,23
OUTS.ADUBOS/FERTILIZ.MINER.QUIM. C/ NITROGÊNIO E FÓSFORO	282.823.792	1,19
OUTRAS GASOLINAS, EXCETO PARA AVIAÇÃO	272.550.188	1,15
DIIDROGÊNIO-ORTOFOSFATO DE AMÔNIO,INCL.MIST.HIDROGÊN.ETC	272.529.145	1,14
OUT.TRIGOS E MISTURAS DE TRIGO C/CENTEIO, EXC.P/ SEMEAD	240.334.908	1,01
OUTRAS PARTES P/AVIÕES OU HELICÓPTEROS	238.990.388	1,00
NAFTAS PARA PETROQUÍMICA	211.519.567	0,89
CARBONATO DISSÓDICO ANIDRO	204.888.519	0,86

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2> (elaboração própria).

A análise da pauta comercial entre Brasil e Estados Unidos demonstra o predomínio do fluxo de bens de médio e alto valor agregado. Nas vendas brasileiras em 2016, destacam-se aviões e motores a jato/ turboreatores (aproximadamente 19% do total); nas americanas, equipamentos para motores a jato/turboreatores e combustíveis como óleo diesel, propano liquefeito e álcool etílico (somaram, aproximadamente, 23% do total).

Entre os produtos exportados pelo agronegócio brasileiro destaca-se o café não torrado, em grão (4% do total). Produtos do agronegócio com médio e maior valor agregado encontraram-se em posição intermediária entre as exportações brasileiras, destacando-se, nesse quesito, o álcool etílico, as preparações alimentícias e os sucos de laranja congelados/não fermentados (somaram, aproximadamente, 4% do total).

3 POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO NOVO GOVERNO NA CASA BRANCA PARA O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E O ÂMBITO INTERNACIONAL MAIS AMPLO

Em sua campanha à Presidência dos Estados Unidos em 2016, Donald Trump apresentou propostas para recuperar a dinâmica econômica do país. Nesse sentido, no âmbito interno, demonstrou-se coerente com as diretrizes tradicionalmente defendidas pelo Partido Republicano, porquanto manifestou a intenção de reduzir a carga tributária que incide sobre o setor produtivo norte-americano – cálculo do *Tax Policy Center*³ estima que a renúncia fiscal contida na proposta de Trump pode resultar em retração na arrecadação de, aproximadamente, US\$ 6 trilhões na próxima década.

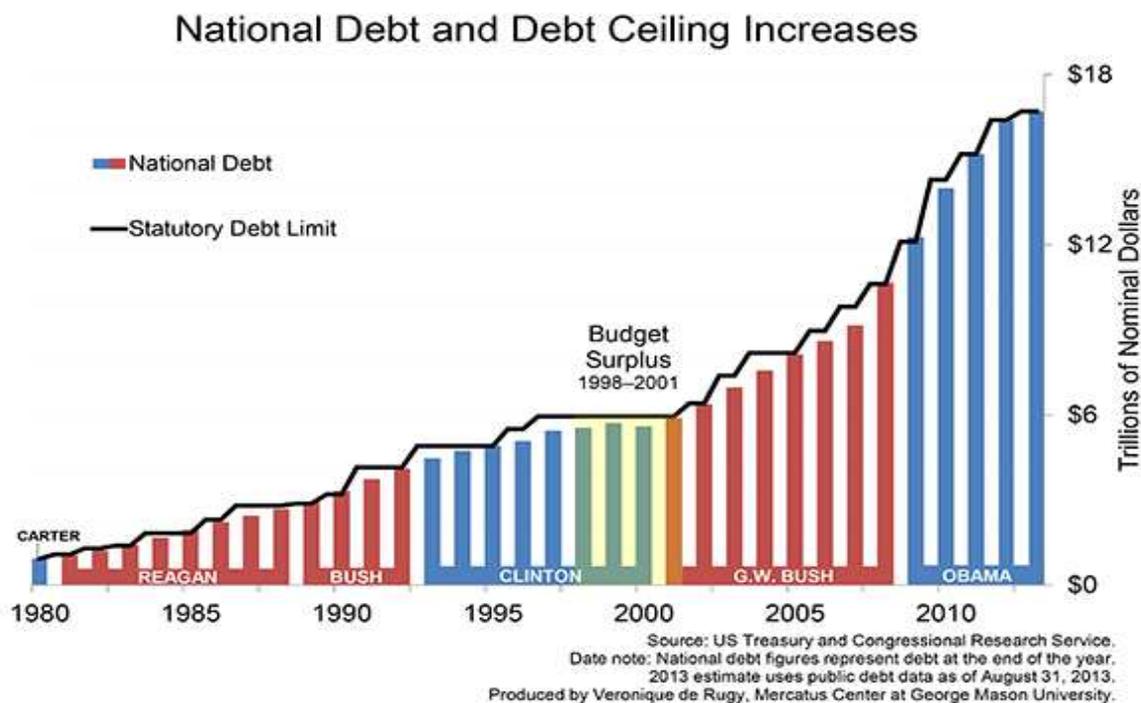
Ao tempo que demonstra interesse em reduzir impostos, Trump não apresentou, em sua campanha à Casa Branca, plano para reduzir gastos públicos na mesma proporção – ao contrário, manifesta a intenção de implementar política fiscal expansionista, com investimentos da ordem de US\$ 1 trilhão em infraestrutura em seus primeiros anos de governo. A redução de impostos conjugada à expansão fiscal, *ceteris paribus*, impulsiona o crescimento da dívida pública, com consequências sobre a demanda agregada e a inflação do país – a situação poderia ser amenizada caso o crescimento compensasse, ao menos em parte, a perda da arrecadação.

A tendência inflacionária oriunda de expansão fiscal que proporcione pressão da demanda sobre o setor produtivo contribuiria para dar sequência à política monetária

³ Ver matéria em <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,trump-e-o-brasil,10000089409>.

contracionista implementada pelo Banco Central norte-americano (*Federal Reserve*) ao final de 2016. A expansão fiscal também reforçaria a própria dinâmica histórica de aumento da dívida nacional norte-americana, demonstrada na figura a seguir:

Figura 1: Evolução da dívida nacional norte-americana (dos governos Carter a Obama)



Fonte: Figura disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/a-divida-publica-e-o-pib-dos-eua>.

À semelhança da pressão inflacionária, a aceleração do acréscimo da dívida pública também representa fator de estímulo para o aumento dos juros básicos da economia norte-americana. Nesse contexto, sob a ótica da geopolítica mundial, haveria estímulos para a retirada de investimentos de países emergentes, cujos *Credit Default Swaps* (CDS)⁴ são significativamente superiores aos de países de maior desenvolvimento relativo, como os Estados Unidos.

Se, por um lado, eventual pressão inflacionária norte-americana (oriunda de medidas intrinsecamente relacionadas à política interna do País) poderia afetar os países emergentes de modo semelhante, a análise das medidas anunciadas para a política externa de Washington, por outro lado, demonstra que as consequências dessas medidas poderiam

⁴ Os CDS demonstram quanto um credor está disposto a receber caso o país devedor não honre seus compromissos. Nesse contexto, quanto maior o CDS, mais alta a probabilidade de um “calote”.

ser distintas para países como China, México e Brasil. Elencam-se, a seguir, algumas das propostas de Trump para a nova política externa da Casa Branca:

- Imposição de barreiras à importação de produtos chineses (até 45%) e mexicanos (até 35%);
- Taxação de empresas americanas que invistam no exterior para exportar sua produção aos Estados Unidos;
- Rejeição da Parceria Transpacífico (TPP, em inglês), da qual participariam, além dos Estados Unidos, países asiáticos e latino-americanos como Japão, Chile e Peru;
- Revisão dos termos do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA);
- Construção de muro ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México;
- Deportação de imigrantes ilegais.

As medidas supracitadas instrumentalizam o discurso nacionalista da campanha presidencial republicana em 2016, a qual, em perspectiva de comércio exterior, demonstra-se divergente da tradicional tendência liberal do Partido Republicano. A análise do fluxo comercial dos Estados Unidos, disponível na Tabela 2, demonstra que o país apresenta *deficit* comerciais significativos com China, Canadá e México, os três principais parceiros econômicos de Washington. Apenas para o ano de 2016, o *deficit* junto a essas três nações foi de US\$ 387,3 bilhões, dado que impulsiona a ideia de renegociação do NAFTA e imposição de barreiras tarifárias mais significativas à importação de produtos chineses e mexicanos.

Diferentemente de China e México, o Brasil, como demonstrado na Tabela 2, tem sido importador líquido dos Estados Unidos desde 2009. Por esse motivo, pode-se considerar que o comércio com o Brasil não seja, atualmente, uma das principais preocupações das propostas de política externa nacionalista de Donald Trump – ao contrário, o *superavit* norte-americano, conjugado com o aumento do fluxo de investimento brasileiro nos Estados Unidos em maior proporção que o norte-americano no Brasil ao longo dos últimos anos, demonstra que as relações econômicas bilaterais sejam, inclusive, congruentes com os interesses da nova diplomacia da Casa Branca.

Demonstra-se relevante, também, a intenção de os Estados Unidos não mais participarem da Aliança Transpacífico, o que teria, inclusive, potencial para inviabilizar o funcionamento desse acordo de livre comércio – sem a principal economia do mundo no bloco, os demais países membros tenderiam a rever sua participação no acordo. Nesse contexto, Chile, Peru (esses já membros da TPP) e até mesmo a Colômbia (que havia manifestado interesse em ingressar na Aliança) teriam de rever suas prioridades de comércio exterior, inclusive por meio da realocação de seu fluxo internacional de bens e serviços.

A América Latina foi muito pouco mencionada nos discursos das campanhas presidenciais dos Estados Unidos em 2016. À exceção do México, lembrado sempre em relação à agenda de controle de fluxo comercial e migratório, os países latino-americanos, conquanto tenham nos Estados Unidos um de seus principais parceiros comerciais, não demonstram ser prioridade na nova diplomacia da Casa Branca. Essa realidade, aliada às incertezas em relação ao futuro do TPP, podem representar oportunidade singular para que o Brasil relance sua participação comercial no âmbito regional, principalmente nas relações bilaterais com México, Chile, Colômbia e Peru, inclusive com o aumento da exportação de produtos de maior valor agregado a esses países, um dos principais desafios para o comércio internacional brasileiro atualmente.

Por fim, mas não menos importante, cumpre mencionar que o resultado da eleição presidencial norte-americana de 2016 contribuiu para modificar a percepção do mercado em relação aos dois maiores centros financeiros da América Latina: Brasil e México. Os efeitos previstos da política externa de Donald Trump sobre a economia mexicana já têm impulsionado investidores estrangeiros a realocarem seus recursos do México para o Brasil – de acordo com o site Infomoney⁵, os CDS (seguros “calote”) brasileiros diminuem progressivamente nas primeiras semanas de 2017, ao passo que os equivalentes do México aumentam estimulados pelo “efeito Trump” na economia desse país.

Mesmo as recentes políticas monetárias dos países – contracionista no México, manifestada no aumento progressivo da taxa básica de juros, e expansionista no Brasil, haja vista a redução paulatina da SELIC – não têm sido suficientes para impedir a realocação de investimentos externos do México para o Brasil. Uma possível explicação para esse fenômeno diz respeito ao fato de a redução da SELIC ser um dos fatores de

⁵ Disponível em <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/5991723/brasil-alta-mexico-baixa-como-trump-big-mag-seguro-calote>.

estabilização da relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo para arrefecer o receio do investidor de que o governo brasileiro perca o controle da dívida pública. A condução da política monetária, aliada às políticas de ajuste fiscal encaminhadas pelo Palácio do Planalto ao longo do segundo semestre de 2016, demonstram ser fatores internos que influenciam na ora mencionada redução dos CDS do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações ora apresentadas têm o condão de identificar possíveis consequências da política externa de Donald Trump para o comércio internacional contemporâneo. Considerando que os Estados Unidos ainda são a maior economia do mundo, mudanças na política monetária, fiscal e tarifária desse país apresentam potencial para redefinir o equilíbrio geopolítico no planeta, proporcionando desafios e oportunidades nas relações diplomáticas e econômicas com Washington.

No que diz respeito aos desafios, destacou-se que o significativo *deficit* comercial dos Estados Unidos com a maioria de seus principais parceiros representa fator de legitimação da política externa nacionalista de Trump. O discurso de que oportunidades de trabalho e renda estão sendo progressivamente “exportadas” dos Estados Unidos foi uma das plataformas da campanha vitoriosa nas eleições à Casa Branca de 2016, e superar esse desafio, de acordo com o discurso em análise, demonstra-se imprescindível para retomar a pujança econômica norte-americana.

Medidas de política interna e externa foram propostas para revitalizar o mercado do país: diminuição de impostos e expansão do investimento representam algumas das promessas no eixo da política interna; maior protecionismo comercial sintetiza o conjunto de estratégias no eixo da política externa.

No eixo da política interna, a provável expansão fiscal pode contribuir para prolongar ou mesmo intensificar a já constatada política monetária contracionista do *Federal Reserve* ao final de 2016. Com o aumento da taxa básica de juros norte-americana, prevê-se efeito de menor atratividade de investimentos externos no conjunto de países emergentes, cujos riscos para o credor tendem a ser significativamente maiores que aqueles constatados nos Estados Unidos – nesse quesito, portanto, as consequências da nova política da Casa Branca podem ser mais homogêneas no mundo em desenvolvimento.

No eixo da política externa, contudo, as medidas propostas tendem a apresentar consequências distintas para países emergentes, seja no âmbito latino-americano, seja no âmbito global. Os dados ora apresentados sugerem que China e México provavelmente serão os países mais prejudicados com a nova diplomacia comercial da Casa Branca, considerando, principalmente, as promessas de: *a)* aumento de tarifas sobre produtos chineses e mexicanos exportados aos Estados Unidos; *b)* aumento da tributação sobre as empresas norte-americanas que invistam no México como plataforma de exportação para os Estados Unidos; e *c)* revisão dos termos do NAFTA e não adesão dos EUA ao TPP – as mudanças nesse último bloco podem, inclusive, proporcionar a reformulação das prioridades de comércio internacional de países como Chile, Peru e Colômbia, possibilitando ao Brasil o relançamento das bases comerciais com esses importantes parceiros latino-americanos.

É no segundo eixo, portanto, que o Brasil apresenta vantagens comparativamente a outros países emergentes. Na perspectiva do comércio bilateral com os EUA, o *deficit* do Brasil sugere que Washington não considerará prioritária a imposição de significativas barreiras tarifárias aos produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano, ao menos se considerado o potencial de maior taxa de produtos chineses e mexicanos; na ótica do investimento, a crescente participação de empresas brasileiras no sistema produtivo norte-americano pode representar motivo para maior cooperação bilateral nessa importante variável da equação macroeconômica dos países.

Ademais, destaca-se que o “efeito Trump” redimensionou a percepção do mercado a respeito dos dois principais centros financeiros da América Latina, com maior atratividade do Brasil em relação ao México. Identificado por parte de analistas políticos, em um primeiro momento, como motivo de preocupação para as relações econômicas internacionais, o novo governo na Casa Branca pode proporcionar oportunidades em meio às mudanças que implementará ao longo de sua gestão. Ciente dessa realidade, caberá ao Brasil posicionar-se não apenas para relançar suas relações bilaterais com os EUA, mas para redefinir seu protagonismo nos contextos latino-americano e internacional mais amplo.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa

